

# ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO

## Casa da Cultura de Melgaço

Sessão Ordinária n° 18  
de 26 - 09 - 2020

Mesa da Assembleia Municipal		
Nome do Membro	Cargo	P/F
Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves	Presidente	P
António Manuel Domingues	1º Secretário	P
Carla Sofia de Sousa Regueira Domingues	2º Secretário	P

Membros Eleitos	P/F	Presidentes de Juntas de Freguesia	P/F
José Albano Esteves Domingues	P	Diogo Domingues Ribeiro F. Castro	P
Manuel Luís Domingues Gonçalves	P	José Carlos Gonçalves	P
Jorge Renato Vieira Ribeiro	P	David Manuel Barbeitos	P
Paulo José de Castro Cerdeira Rodrigues	P	José Luís Douteiro	P
Catarina Aurora Rodrigues Mira	P	Agostinho Alves	P
Manuela Maria Cortes Lobato	P	Amado Dias	P
Carlos Alberto Codesso	P	Edgar Fernando Barreiros Rodrigues	P
Ariana Andreia Rodrigues Fernandes a)	P	José da Ascensão Afonso	P
Sónia Andreia Alves Durães b)	P	Alfredo Domingues	F
Tiago José Baleixo Lourenço	P	Amadeu Esteves	P
Manuel António Fernandes	P	Ricardo Jorge Alves	F
Carla Sofia de Abreu	P	Maximiano José Calheiros Gonçalves	P
António José Gomes Nabeiro	F	Maria de Fátima Rodrigues Sousa Táboas	P
Jorge Manuel Fernandes c)	P		
Pedro João Mendes de Sousa e Silva	P		
Alexandra Cláudia de Sousa Táboas	F		
António Joaquim Sousa	P		
Aurora Soares d)	P		

**P-Presença F-Falta**

- Substitui Francisco José da Cunha e Silva Reis Lima
- Substitui Carla Maria esteves Lima
- Substitui Vânia Cristina Barros Faria Dantas
- Substitui Paulo Jorge Azevedo



Quando eram dez horas, a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos. O primeiro secretário procedeu à chamada dos membros desta Assembleia, tendo faltado os deputados: António Nabeiro, Alexandra Táboas, Alfredo Domingues e Ricardo Alves,

A Presidente da Assembleia iniciou a reunião informando sobre dois assuntos importantes. Começou por se referir ao pequeno passo que se deu na afirmação das Assembleias Municipais, pois no próximo dia 13 de outubro, terão lugar a eleição do Presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional Norte, através da votação que será feita numa sessão extraordinária da Assembleia Municipal. Essa sessão extraordinária, terá como primeiro ponto a votação, que decorrerá entre as 16:00 e as 20:00 horas desse dia, em local a anunciar posteriormente. Nessa mesma sessão, haverá um ponto ou dois para análise e deliberação. Depois de um pedido de esclarecimento à ANAM considerou-se que as referidas deliberações só podem ter lugar antes ou depois da votação. Como se trata de um dia da semana e as pessoas estarão a trabalhar, ficará para depois às 20 horas. O segundo assunto tem a ver com o II Congresso da ANAM, que decorreu no passado sábado, em Braga. Como é do conhecimento de todos, esta Assembleia aderiu à ANAM, o que se tem verificado uma boa escolha, pois quando recorremos a eles, são rápidos no esclarecimento de dúvidas. Foi um Congresso interessante, com debates bastante profícuos onde se aprovou uma moção sobre as linhas orientadoras que a direção irá acolher no resto do mandato. Ficaram de enviar essas informações, que posteriormente serão remetidas aos líderes das bancadas. São ideias interessantes que até poderão ser posteriormente implementadas nesta Assembleia Municipal.

Seguidamente a Presidente da Assembleia colocou à apreciação a proposta de ata, da reunião de 27 de junho de 2020. Interveio o deputado Manuel Fernandes para referir que na última sessão, aquando da sua intervenção sobre o arranjo do pavimento na Rua da Oliveira, o senhor Presidente disse que ficava prometido que no próximo ano seria concluído. O que consta na ata não é o mesmo, diz “numa próxima intervenção tratar-se-á da requalificação dessa rua.”



Entretanto a Presidente da Assembleia referiu que o que está em ata, não contraria aquilo que o deputado disse. Na mesma refere que será feita numa próxima intervenção.

Seguidamente solicitou da palavra o deputado Manuel Luís Gonçalves, para dizer que ao reler a ata apercebeu-se que há um pequeno lapso, mas que faz toda a diferença a nível de contexto, na sua intervenção na página 8, onde se diz “reclamar administrativamente através de um recurso hierárquico” e o que ele referiu foi “reclamar administrativamente ou através de um recurso hierárquico”, requerendo que fosse feita a retificação.

Seguidamente o deputado Jorge Ribeiro, questionou a Presidente da Mesa se a votação da ata é com a alteração pedida pelo deputado Manuel Fernandes.

Entretanto a Presidente da Assembleia questionou o Presidente da Câmara se queria intervir, em relação à intervenção feita pelo deputado Manuel Fernandes, o mesmo não quis intervir.

A Presidente da Assembleia referiu que teríamos que verificar se realmente houve lapso, pois é um pormenor que pode ter passado.

O deputado Manuel Fernandes voltou a usar da palavra para dizer que numa reunião da Assembleia, antes da pandemia, por causa das obras em frente ao Centro de Saúde, uma moradora, falou nos passeios que dão acesso às residências e o senhor Presidente disse que estava previsto também para o próximo ano.

A Presidente da Assembleia voltou a referiu que teríamos que verificar e analisar o que ficou escrito, se está registado nas anotações, estaria em ata também. Mas ficará registada a sua opinião.

Entretanto pediu a palavra o deputado José Albano Domingues, referindo que temos que decidir qual é a redação da ata e acrescentou recordar-se deste pormenor. A ata, tem que ser fiel àquilo que foi discutido. Efetivamente essa afirmação foi feita e gostaria de ficar esclarecido que redação se irá votar.

O deputado Paulo Cerdeira usou da palavra para dizer que esteve na reunião e que não se lembra do senhor Presidente da Câmara, referir que seria no “próximo ano”, mas sim numa “uma próxima intervenção”. Acrescentou, que não via o senhor Presidente da Câmara a prometer obras em ruas na Assembleia, até porque é uma coisa que passa pelas Juntas de Freguesia e que deveria com estas estar articulado.

Seguidamente a deputada Catarina Mira, interveio referindo que foi ela que secretariou essa sessão de Assembleia e neste momento não tem consigo as notas que registou, contudo, disse que iria confirmar o que ficou escrito e na próxima sessão trazer para dissipar a dúvida.

Entretanto pediu a palavra o Presidente da Câmara para dizer que não se lembrava com certeza, pois trata-se de pormenores, contudo afirmou não se opor a nenhuma redação. Esclareceu que a intenção da Câmara Municipal é a de a breve trecho resolver a Rua da Oliveira. Depois de uma intervenção séria e estruturante na rua onde ela deriva, faz sentido que essa rua também seja intervencionada.

O deputado Manuel Luís Gonçalves sugeriu a votação da Ata com a redação atual, ficando lavrado em ata a reclamação apresentada pelo senhor deputado Manuel Fernandes.

Procedeu-se à votação sendo que a **Ata foi aprovada por maioria com 1 voto contra do deputado Manuel Fernandes, 6 abstenções.**

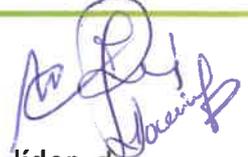
<b>Assunto nº 169</b>	<b>Período de “Antes da Ordem do Dia”.</b>
-----------------------	--------------------------------------------

Aberto este período de “antes da ordem do dia”, pela Presidente da Mesa da Assembleia, procedeu-se à inscrição dos deputados para o uso da palavra. Inscreveram-se os deputados: Pedro Silva, Manuel Fernandes, Paulo Cerdeira, Manuel Luís Gonçalves, Maximiano Gonçalves, Manuela Lobato, Diogo Castro, Sónia Durães, Jorge Ribeiro e José Albano Domingues.

Começou por fazer uso da palavra o deputado Pedro Silva iniciando a sua intervenção por agradecer o terem remetido os documentos sobre as contas das termas, querendo apenas clarificar se só lhe foram enviados a ele ou também aos restantes colegas.

A Presidente da Assembleia esclareceu que foram enviados ao senhor deputado, uma vez que foi o próprio que fez o pedido.

O deputado voltou a intervir referindo que são documentos importantes e que deveriam ser enviados a todos.



A Presidente da Assembleia esclareceu que aí teria que ser o líder de bancada a solicitar os documentos, não havendo nenhum problema em serem enviados aos restantes deputados.

De seguida o deputado Pedro Silva referiu que da leitura dos documentos lhe surgiu uma dúvida. Em finais de 2018 havia uma dívida da D. Carina Pinto da Costa na ordem dos 118 mil euros e no final de 2019 essa dívida desapareceu. Questionou o que aconteceu com a referida dívida.

Seguidamente foi dada a palavra ao deputado Manuel Fernandes, que dirigindo-se ao Presidente da Câmara disse que 3 anos depois de o deputado ter solicitado a colocação de rails de segurança rodoviária, nada foi feito. Contudo, congratulou-se pela requalificação dos pavimentos nas diversas acessibilidades do nosso concelho, frisando que é pena que a repavimentação não tenha sido alargada às bermas, porque nalguns casos é impossível fazer um cruzamento com outro veículo e mesmo para os peões há dificuldade em transitar. Um outro ponto, refere-se a que viu nas redes sociais que se ia fazer a Festa do Espumante, e que na sua opinião, é um erro de responsabilidade política sem paralelo. A dois meses de distância, ao ritmo da propagação da pandemia, ninguém pode prever qual será a taxa de infeção nessa altura, a não ser que Presidente da Câmara queira ter uma grande festa Covid-19 em Melgaço. Acrescentou que em Trás-os-Montes a maior festa da castanha do país, também foi cancelada. Não estamos em tempos de festas, deixemos as festas para 2021. Referiu ainda que tem ouvido falar na Rádio Vale do Minho em muitos assuntos, nomeadamente no turismo. Se o senhor Presidente pretende desenvolver o concelho com o turismo, não vai lá. Basta olhar para as regiões que têm turismo por excelência, para verificar que não é o turismo que cria desenvolvimento sustentável. O que nunca ouviu falar foi sobre o Centro de Saúde e o que se passa no exterior do mesmo que é lamentável. Vê-se pessoas à espera muito antes das 8 horas da manhã, sujeitas a todas as intempéries e, com a aproximação do inverno será impossível manter aquelas condições. Há pessoas que vão requisitar medicamentos e deixam lá o pedido e uma semana depois as receitas ainda não estão prontas. A maioria das pessoas tem problemas de locomoção e estão ali horas à espera para serem atendidas. Se um utente tem que ir a uma consulta aberta por necessitar e fazer exames, terá de voltar novamente? E quando o médico de família o puder atender para que lhe seja passado o P1, para poder ir

fazer os exames, entretanto a doença pode avançar e até causar a morte. Concluiu referindo uma consulta de rotina que o próprio fez no Hospital da Luz onde havia muita gente, mas cumprindo as regras de distanciamento estavam todas dentro do edifício. A este tipo de serviço como o Hospital da Luz, só recorrem as pessoas que têm um seguro de saúde ou os privilegiados da função pública, que têm ADSE. Os outros não podem e têm de recorrer aos centros de saúde.

Finda a intervenção do deputado Manuel Fernandes, usou da palavra o deputado Paulo Cerdeira que começou por falar do evento “Melgaço em Festa” dando os parabéns a toda a equipa envolvida, pela qualidade e bom ambiente que se viveu nas ruas de Melgaço. Fez referência às projeções na Torre de menagem, assim como ao cuidado que houve em decorar determinadas zonas da nossa Vila, para se respirar um ambiente mais festivo. Na sua opinião, conseguiu-se agarrar a oportunidade de agradar e impressionar quem nos visitou. Possivelmente foi o melhor Verão de sempre em termos de Turismo em Melgaço. Seguidamente quis deixar um elogio à comunicação da Câmara, mesmo tendo sido já um crítico da estratégia seguida por esta, no passado. Agora está-se no bom caminho. E o caminho é a qualidade com que se está a comunicar todo o território. E nisso, Melgaço é muito forte, tem um território de excelência, desde a zona ribeirinha até à montanha. Recentemente tivemos muitas revistas de especialidade e de renome a fazer diversas reportagens. Deixou ainda, um apontamento, pela forma muito positiva que decorreram as vindimas, em plena pandemia, perspetivando-se mais uma grande colheita. Relativamente às vendas do setor, disse que todos temos vindo a recuperar números e nesta altura estamos com quebras na ordem dos 15% em relação ao ano passado. Se no fim do ano se mantiverem estes números já lhes permite respirar de alívio, porque são vendas muito próximas do ano anterior de 2018. Por fim, questionou o senhor Presidente da Câmara, em que ponto está a organização da Festa do Espumante.

Seguidamente foi dada a palavra ao deputado Manuel Luís Gonçalves que começou a sua intervenção dizendo que estamos a viver tempos conturbados. A pandemia do coronavírus veio atrapalhar a nossa forma de viver, de trabalhar e de viajar. Esta criou um impacto na desaceleração da economia como não temos memória.



Os meses de março a junho foram particularmente negros no que respeita aos diversos sectores da economia, em particular no sector do turismo, que constitui uma das principais alavancas da economia nacional e regional.

Mas é neste contexto que temos vindo a assistir, desde o mês de julho, a uma excelente recuperação nos indicadores de turismo em Melgaço. Segundo os dados mais recentes, a taxa de ocupação turística em Melgaço nos meses de julho e agosto aumentou significativamente, rondando em alguns casos valores próximos dos 100%.

É certo que esta taxa de ocupação foi conseguida através de uma maior procura de turistas nacionais, com um decréscimo dos turistas internacionais. E também, certamente, através de políticas de reajustamento do preço por parte dos operadores hoteleiros. Mas a verdade é que se a massa de turistas optou por escolher Melgaço em vez de escolher outras zonas do país, é porque o nosso concelho reúne um conjunto de valências e infraestruturas na área do turismo, que resultam de investimentos feitos pelo Município e pelos melgacenses ao longo dos anos e que lhe permite agora recolher os seus frutos. Neste momento Melgaço dispõe de uma oferta de cerca de 600 camas distribuídas por hotéis e empreendimentos de alojamento local e rural. Sendo que esta oferta poderá vir ainda a aumentar caso venham a ser reunidas as condições necessárias para a abertura de uma nova unidade hoteleira no Peso.

O Município tem estado bem na gestão que tem feito sobre a reabertura das fronteiras com Espanha. Tem estado bem também, na promoção que tem feito do seu património e produtos locais, de que é exemplo a iniciativa comunicada no dia de ontem, de promover no próximo domingo provas de vinho alvarinho e disponibilizar entradas gratuitas nos seus núcleos museológicos, para assinalar o Dia Mundial do Turismo. Por isso, é justo afirmar que o turismo é uma aposta ganha pelo Município de Melgaço. E é uma aposta ganha porque para além da oferta das estadias propriamente ditas (fruto essencialmente do investimento privado), o Município tem sabido aliar a essa oferta uma marca própria, associada ao turismo de natureza, à economia do vinho e ao desenvolvimento industrial.

Ainda muito recentemente tivemos a visita do Vice-Presidente do TPNP (Turismo do Porto e Norte de Portugal) que teve oportunidade de conhecer um

projeto de Enoturismo local, que vai muito para além do vinho, e que assenta nas potencialidades do território, dos produtos e dos serviços locais de qualidade.

Mas há sempre margem para crescer e continuar a melhorar. Como sabemos, o Fundo de Recuperação Económica da UE aprovado em Bruxelas, prevê a disponibilização de verbas avultadas para contrariar os efeitos da pandemia Covid-19, incluindo nas áreas do turismo e do desenvolvimento rural. Estamos certos que o Município continuará atento a estas oportunidades para continuar a desenvolver o nosso concelho.

Por último, aproveitando a intervenção do deputado Manuel Fernandes e porque que existe a perceção de algum desconforto da comunidade, em relação às condições que neste momento são prestadas pelo Centro de Saúde, sabendo que a tutela do Centro de Saúde é essencialmente do Ministério da Saúde e sabendo ainda que se estão a viver tempos conturbados, com muitas limitações, mas que afetam a qualidade de vida da população, não podemos fazer com que à custa do Covid-19, sejam esquecidas todas as outras doenças, em populações especialmente envelhecidas, como é a nossa. Terminou questionando o Presidente da Câmara, que medidas estão a ser tomadas, junto da tutela para tentar resolver esta situação?

Usou da palavra a deputada Manuela Lobato para anunciar que esta será a sua última reunião da Assembleia Municipal, decisão que já deu nota no dia anterior ao respetivo líder da bancada. Para encerrar este ciclo, passou então a deixar algumas palavras, que se seguem:

“Foi uma honra para mim ter feito parte deste órgão, a meu ver, liderado de forma exemplar pela Sr.<sup>a</sup> Presidente Fátima Pereira. Sabia que era uma professora de Matemática de excelência e agora posso dizer também que é uma excelente Presidente da Assembleia Municipal. Felicito-a pelo exercício do seu cargo e faço votos para que tudo corra pelo melhor até ao fim do seu mandato.

A todos os meus colegas deputados, sejam do Partido Socialista, sejam da coligação PPD-PSD/CDS-PP a que pertenço e extensivamente a todo o executivo, desejo que exerçam o cargo da melhor forma que sabem, não esquecendo nunca que pensando bem e como diz o Rui Veloso, “muito mais é o que nos une, do que aquilo que nos separa” – o amor por Melgaço e pelos melgacenses que todos queremos ver bem e felizes na terra que os viu nascer ou acolher deve ser a maior das nossas preocupações.



Sempre entendi a participação política como uma obrigação social a que todos somos chamados, seja no exercício do nosso direito ao voto, seja no exercício das mais diversas funções nos mais variados órgãos e assim foi como a entendi... Entrei na política por causa desta preocupação e porque me sentia impelida e obrigada a tentar fazer algo pelo meu concelho, e por nós, melgacenses e porque acredito piamente que “apenas tem direito a censurar, os que tem coragem para avançar, para intervir e para ajudar”.

Deixo uma palavra de gratidão ao Dr. José Albano pelo convite pessoal para integrar a sua equipa e foi por uma questão de admiração e respeito pela sua pessoa que aceitei. Agora é pois, chegada a hora de encerrar esta faceta da minha vida – os motivos são pessoais e pessoais irão permanecer... E como gosto muito de citar músicos (não sei se é defeito ou feitio), de cada vez que encerro um ciclo na minha vida, espero como o Sérgio Godinho que “este seja o primeiro dia do resto da minha vida.”

Um bem-haja a todos e muito obrigada pela Vossa disponibilidade em servir Melgaço e os melgacenses... “

A Presidente da Assembleia agradeceu as palavras proferidas pela deputada Manuela Lobato e acrescentou ter pena que a deputada deixe esta Assembleia. Elogiou a postura da deputada neste órgão e as suas intervenções manifestando as suas preocupações. Conclui desejando o maior sucesso em todos os seus projetos.

Usou depois da palavra o deputado Maximiano Gonçalves que iniciou a sua intervenção afirmando que em nome da bancada do PS, mas também como presidente de Junta de Freguesia, não podia deixar de trazer à Assembleia Municipal, por ser o local apropriado, o que se passou e está a passar em relação à divulgação, pela Câmara Municipal, dos dados concelhios relativos à COVID 19. Referiu que na última Assembleia o deputado Manuel Fernandes tinha salientado a necessidade de manter a periodicidade da divulgação dos dados do concelho, em relação à epidemia, coisa que não estava a acontecer. Na altura o Presidente da Câmara terá referido que o Município desde o início (março) vinha divulgando esses dados, no entanto chegara ao seu conhecimento que um deputado da oposição teria feito uma denúncia à Comissão Nacional de Proteção de Dados por considerar que os elementos constantes nas referidas informações diárias eram abusivos e lesavam a privacidade das pessoas.



Entretanto a Comissão Nacional de Proteção de Dados notificou a autarquia de que a referida divulgação poderia constituir uma ilegalidade que, a ser provada, poderá fazer incorrer numa multa.

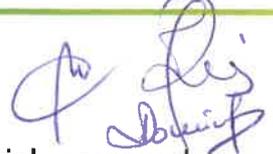
De seguida o deputado Maximiano Gonçalves elencou os objetivos pretendidos pela autarquia com a divulgação dos referidos relatórios epidemiológicos, que acabou por resumir como uma obrigação de quem não podia deixar de estar na frente da luta contra a pandemia e ao serviço da população. Referiu, ainda, não querer tirar qualquer direito ao deputado municipal queixoso, na questão de se indignar com a divulgação dos dados e achar que a Lei terá sido violada, pondo em causa as liberdades e garantias dos cidadãos. O que lhe parece ao deputado Maximiano Gonçalves e à bancada do PS é que o deputado em questão teria o dever, de em local próprio, colocar as suas dúvidas e solicitar os esclarecimentos que julgasse necessários. E o local próprio seria junto da Câmara Municipal.

Mostrou, também, indignação com a resposta dada à imprensa pelo referido deputado, quando questionado sobre o assunto referiu: “É chato mas é a democracia a funcionar.”

Prosseguiu afirmando que num momento de crise como o que o país está a atravessar o que foi chato, o que é chato, são os momentos de aflição que a população, sobretudo a mais idosa, está a viver. Referiu, ainda, todo o intenso trabalho de apoio às populações executado pelas Juntas de Freguesia, dando como exemplo, a de Parada do Monte, o trabalho extraordinário das IPSS, o trabalho dos voluntários na execução de equipamentos variados, etc.

Terminou afirmando que o melhor que a vida política pode trazer a quem ocupa os cargos para que foi eleito, é na altura de crise e em casos como este poder contar com todos aqueles que estão verdadeiramente preocupados com a sua Terra e a sua população.

O deputado Diogo Castro, começou por deixar uma palavra ao deputado Maximiano Gonçalves, relativamente à sua intervenção, dizendo que o deputado deixou o testemunho do esforço que os presidentes de junta, fizeram para acompanhar a população, ao longo deste trajeto complicado para todos. Foi bastante complicado, mas todos os presidentes de junta tiveram um papel fundamental para que corresse bem. De seguida, afirmou que a sua intervenção tem



a ver com a candidatura das pesqueiras a património cultural e imaterial, parecendo-lhe ser um património único, até agora esquecido. Teve oportunidade de falar com o Presidente da Câmara, desafiando-o a fazerem a candidatura. Melgaço deu o pontapé de saída para a mesma e esta foi brilhantemente apresentada pelo Dr.º Álvaro Campelo, na Câmara Municipal, perante a presença da Secretária de Estado Adjunta do Património Cultural, Ângela Ferreira. Pelas palavras da Sr.ª Secretária, notou-se que era património que não conhecia muito bem, mas ficou impressionada com o tipo de construções de arte da pesca que temos em Melgaço. Não será, se for classificada, uma vitória só de Melgaço, mas de todos, quer do lado português quer do lado espanhol. Será mais um ponto de interesse para o concelho. Um orgulho para todos. Referiu ainda, que soube que a Sr.ª Secretária de Estado fez uma visita ao Convento das Carvalhiças e ao Convento de Paderne, questionando o Presidente da Câmara se estão previstas algumas obras para estes edifícios. Deixou ainda uma nota sobre a obra que está a ser feita no Marco nº1 em Cevide, que apesar de não estar terminada, já começa a ser notícia e a ser cada vez mais visitada. Do Marco nº1 vão arrancar uns trilhos, deixando em aberto, para que a ecovia ligue o Marco nº1 a Penso, passando por Alvaredo. Ecovia essa que lhe parece fundamental para a circulação junto ao rio Minho e para a ligação ao património que temos, nomeadamente as pesqueiras, pois uma das dificuldades existentes é o acesso às mesmas.

Seguidamente foi dada a palavra à deputada Sónia Durães, que começou por corroborar a nota do deputado Maximiano Gonçalves, pois no trabalho que esta tem desenvolvido nos últimos tempos, junto da população mais idosa, sente efetivamente o trabalho e o esforço que as Juntas de Freguesia tiveram e possivelmente irão continuar a ter, deixando o agradecimento aos Presidentes de Junta, porque têm tido um papel preponderante junto da população. Contudo a sua intervenção foi no sentido do início do ano escolar, enquanto encarregada de educação. Deixou o agradecimento à Escola, na pessoa da Sr.ª Diretora Paula Cerqueira e todos os colaboradores do agrupamento. O primeiro dia e à medida que chegavam mais alunos, pode ter sido um pouco conturbado na entrada devido aos procedimentos de desinfeção de mãos e medição da temperatura. No entanto, rapidamente se agilizou todo o processo com mais funcionários à entrada. Deixou uma nota de agradecimento por todo o esforço que a escola teve. A partir do



primeiro dia as coisas têm-se desenrolado com naturalidade, as crianças estão a ser muito bem acolhidas. Foram feitas reuniões pela Diretora da Escola, com todas as turmas, para apresentar o plano de circulação e medidas de prevenção. Estamos no bom caminho, toda a gente dentro do agrupamento está em consonância, para que se continue a ter ensino presencial em segurança.

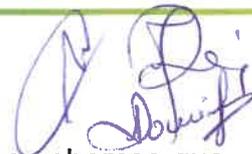
A Presidente da Assembleia na qualidade de professora, relativamente à intervenção da deputada Sónia Durães, acrescentou que tem sido feito um esforço enorme pela Direção da Escola e pela autarquia em fornecer tudo que é necessário para desinfeção e estabelecimento de circuitos. Houve uma reunião do Conselho Municipal de Educação, na qual estava presente, assim como o Presidente da Câmara e Vereadora com o pelouro da educação, onde surgiu uma proposta de um professor, de encaminhar os alunos dos cursos profissionais, para a EPRAMI, uma vez que já lá têm aulas práticas, reduzindo assim o número de alunos na Escola sede e reduzindo ainda contacto com alunos de outros concelhos. A ideia foi acolhida, pelo executivo, foram feitos os arranjos necessários aliviando a escola sede do agrupamento. Tem corrido tudo muito bem, tendo em conta o panorama e foram cumpridas todas as indicações da DGS. Os alunos têm aulas todos numa sala própria, não mudam de lugar, há plantas de sala, circuitos e os toques são todos desfasados evitando o aglomerado de alunos nos intervalos. Tem sido um esforço enorme em termos de cantina, que tem que levar os almoços para os alunos do curso profissional para a EPRAMI. É de registar e louvar todo o esforço que está a ser feito para ultrapassar esta situação. Todos os locais onde há ensino estão de parabéns nesse sentido. Um agradecimento à Autarquia, à Direção da Escola e aos funcionários, pelo esforço que têm feito nesta altura, fazendo-nos sentir, quer aos docentes, quer aos alunos, em segurança.

Seguidamente o deputado José Albano Domingues iniciou a sua intervenção e pegando na intervenção da deputada Sónia, para manifestar também o seu respeito pelo trabalho que tem sido feito a nível de Direção Escolar, mas relevar que um processo destes tem que envolver toda a comunidade. Pode estar tudo muito bem estruturado e preparado, mas se o comportamento dos diversos agentes não for adequado, as coisas não funcionam, referindo que temos que ter presente que é obrigação nossa protegermo-nos e proteger também os nossos. Prosseguiu, referindo que o deputado Pedro Silva levantou a questão do reencaminhamento da

documentação relativamente às contas da Cura Aquae, ou das empresas de participação municipal, aos líderes das bancadas. São documentos importantes que deveriam chegar a todos os deputados.

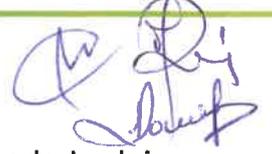
A Presidente da Assembleia comprometeu-se a encaminhá-los, na próxima segunda-feira.

Retomou a palavra o deputado José Albano, dizendo que ouvimos também, nesta reunião a intervenção do deputado Maximiano Gonçalves, batendo sempre na mesma história do ceguinho, relativamente ao deputado Pedro Silva. As pessoas devem habituar-se a que haja alguém que não concorde com o nosso posicionamento, seja político, seja cívico ou outro, e não se me afigura correto que um deputado do PS venha para esta Assembleia pôr em causa a atuação do deputado Pedro Silva, tenha este agido como eleito ou enquanto cidadão, em jeito de moção de censura, o que, claramente, lhe não é permitido. O deputado não denunciou nada nem ninguém. Colocou uma questão, a quem entendeu que devia colocar, sobre se estava ou não a ser respeitada a legalidade no procedimento da Câmara, que não é exclusiva do Município de Melgaço. Sabemos que se quis tirar aproveitamento disto, concordo, mas não da parte do senhor deputado. O deputado tem obrigação legal, regimental de fazer o seu trabalho. Não fica bem tirar dividendos políticos desta situação, fazendo a colagem da ação do senhor deputado Pedro Silva à oposição. A oposição não sugeriu, nem manditou o deputado para perguntar nada a ninguém. Temos que contextualizar, trazer à verdade o acontecido. Houve uma chamada de atenção da oposição, que numa reunião de Câmara colocou a questão, de se estariam realmente a ser respeitados os procedimentos legais, quanto à divulgação dos dados. A pergunta do deputado Pedro Silva foi posterior a essa chamada de atenção. Acrescentou ainda, que não podemos esquecer que haverá pessoas que não se sentem cómodas ao saber que vem para conhecimento público que elas, ou quem as rodeia, estão infetadas. Daí é que a Lei veio dizer e promulgar publicamente, que não deveria ser feita uma divulgação no sentido de apontar de quem se tratava. Perguntou ainda: o Sr.º Presidente advoga ou não advoga, que se respeite a Lei? Os procedimentos têm que ser respeitados. Não temos que ter receio que venha por aí uma multa de 20 milhões ou outro valor, se estamos a respeitar os procedimentos. Outro ponto, foram trazidos números de incremento a nível turístico e é notório, felizmente para Melgaço



e outras regiões que não estavam habituadas a este movimento, mas sabemos que isto significa que estamos a criar sinergias graças a uma desgraça, o Covid. Porque as pessoas, turistas, quando saem da sua residência para passar uns dias de férias deslocadas dos grandes centros, Alentejo, Lisboa, Algarve para zonas mais recônditas, mais rurais. Não houve de um ano para o outro, criação de infraestruturas, nem investimentos em número, em Melgaço que justificassem este incremento. Nós não podemos querer que a desgraça persista. Mais do que a aposta ganha, o turismo é uma aposta que tem que se ir ganhando, não podemos baixar a guarda, temos que continuar a trabalhar, para que realmente Melgaço possa colher frutos desta aposta. Uma outra questão que também preocupa o deputado e que foi trazida a esta reunião, é a questão do atendimento nos serviços públicos aos utentes. Deve-nos preocupar que no Centro de Saúde, nas Finanças e no Registo estejam sempre pessoas à porta. Isto não pode continuar assim, porque as pessoas têm que ser tratadas com dignidade. Têm que ter os seus assuntos resolvidos e a sua saúde preservada. Saúde preservada porque vamos entrar nas estações de outono e inverno e sabemos quais são os rigores climatéricos no nosso concelho. Não gostaria de ver as pessoas com guarda-chuva ou mantas a proteger-se da chuva e do frio cá fora, à espera que sejam atendidas. Sugeriu que a autarquia através de órgãos próprios ou através da Associação Nacional de Municípios, tome uma posição para que haja uma reversão desta situação. Para terminar e para aludir à decisão da deputada Manuela Lobato, já teve oportunidade noutros âmbitos, fora da Assembleia, de expressar a sua profunda admiração e respeito pela pessoa em questão e não foi à toa que foi convidada para integrar a lista que o deputado encabeçou no último processo eleitoral. É uma pessoa de consenso, é uma pessoa cuja disponibilidade, assiduidade é de louvar. E o que a deputada diz é que a partir do momento que ela sente que não tem essa disponibilidade, tem a hombridade de tomar esta decisão. Pela participação e pelo empenho e pela liberdade de pensamento, tem o nosso respeito e profundo agradecimento, os do deputado e também os da sua bancada. Desejam-lhe os maiores sucessos a todos os níveis com a certeza de que o ADN que a caracteriza contribuirá e a levará a esses sucessos.

Por fim, solicitou a palavra o deputado Jorge Ribeiro para falar da obra das piscinas municipais, questionando como está a situação, se a obra não foi



adjudicada ou não houve propostas? Seguidamente referiu que não poderia deixar de dar uma palavra quanto à intervenção do deputado Maximiano Gonçalves, no assunto relativo à proteção de dados. Não foi o deputado Pedro Silva que colocou uma questão à Comissão de Proteção de Dados, foi o melgacense, o cidadão, o Pedro Silva que o fez. Não foi a sua bancada. Não ouviu ninguém dizer isto. Ficou claro que o que está em questão é que o senhor Presidente não concorda com esta lei. Não ouviu ninguém contestar esta lei por estar mal feita. Por que não pedir que reformulem a lei, era aqui que se deveria focar o trabalho, forçar para que isto fosse corrigido, para que deixassem fazer as coisas de forma politicamente correta. Referiu ainda que quando falamos e colocamos aqui a perspetiva, na importância de se poder ou não informar por Freguesia, que é isso que está em questão, que foi o que o cidadão Pedro Silva colocou, e em contrapartida, o deputado Maximiano faz uma intervenção falando do trabalho árduo que toda a comunidade teve, faz lembrar o provérbio: "Nelo onde vais? Trago um coco!".

O deputado Pedro Silva pediu a palavra para responder ao deputado Maximiano dizendo que não vai abdicar de um direito enquanto cidadão sendo também, por coincidência, deputado municipal. Conhece minimamente o regime geral de Proteção de Dados, que não existe porque alguém a lhe apeteceu. Existe também para proteger os cidadãos. Não põe em causa a intenção do Município ao divulgar os dados mas, coloca a questão, se existe uma lei, quem está num cargo político, num cargo público tem conhecimento da lei e tem de respeitar. Questionou qual é o limite. Referiam-se os casos por Freguesias, instituições, qualquer dia seria a rua e a seguir púnhamos o nome das pessoas, era aqui que paravam? Tranquilizar as populações é um bom argumento e o Covid também serve para muita coisa. Tranquilizar não lhe parece que exija identificar quem tem Covid e quem não tem. Há Freguesias muito pequenas, como fariam? As pessoas vinham à Vila e as outras desviavam-se delas. Convictamente, não fez a queixa como um ataque político. Há também outro facto de que o Sr.º Presidente foi alertado pela vereadora municipal Maria José Dias, antes de uma reunião de Câmara, para o caso de provavelmente estar a violar a lei. Inclusive, foi remetido um email pela mesma vereadora ao Sr.º Presidente. Só posteriormente é que se pediu a informação à Proteção de Dados, que numa primeira resposta lhe disseram que não tinham tempo para tratar disso. A comissão de Proteção de Dados, independentemente de se ter feito queixa,



provavelmente, quer fizesse, quer não, ia mesmo interpolar a autarquia, porque a lei estava a ser violada.

Em resposta, o deputado Maximiano Gonçalves referiu que ainda bem que interveio o deputado Pedro Silva que acabou por referir o que o deputado Maximiano dissera e passou a citar “Não quero, não queremos retirar qualquer direito ao deputado municipal, em questão de se indignar com a violação dos dados, achando que a lei foi violada, e que as liberdades e garantias do cidadão não estavam a ser respeitadas”, dizendo que mais uma vez, frisou-se isto, ninguém está a pôr em causa isso, o que se está a pôr em causa é o estilo, a forma como foi feito. E não lhes reconhece o direito, de o estar a interpelar por ter essa opinião. Sobre os cidadãos eleitos locais, se virem a entrevista que o deputado Pedro Silva deu, ele fala também em eleito local. Os senhores deputados da oposição querem ser vítimas, consideram-se perseguidos, não podem falar e afinal trata-se de questões políticas. Quando interveio não estava a criticar que o deputado Pedro Silva se queixe como cidadão, ou como eleito, só estava a dizer como deveria ter feito e isso não podem criticar pois é a sua opinião. Politicamente não faria assim. Quando foi interpelado pela imprensa o deputado Pedro Silva disse “o que é chato”, chato foi o que se passou e o que se está a passar.

O deputado Manuel Luís Gonçalves, pediu a palavra para dizer que no princípio quando começou a ouvir falar desta questão, não percebeu bem o alcance que estava aqui em causa. No relatório que era divulgado pareceu-lhe que estavam a ser mostrados dados quantitativos, independentemente da densificação que pudesse estar a ser feita, em termos de Freguesias, ou até de algumas instituições locais. Não percebeu, porque não é sua especialidade o tema da Proteção de Dados, em que termos é que a lei poderia estar a ser desrespeitada. Percebendo depois que o que poderia estar em causa seria o conceito de a pessoa estar a ser identificável ou não, em função da instituição, da Freguesia sobretudo tendo em conta uma baixa densidade populacional. Ouviu também e teve a curiosidade de ver, que na página do PSD Melgaço, estavam a ser divulgados dados oficiais sobre a pandemia e enquanto faziam as intervenções, foi ver e apercebeu-se que a 8 de setembro, está escrito: “Segundo informações recolhidas, junto das autoridades, existe um novo caso ativo no nosso concelho. Trata-se de um idoso que esteve recentemente numa situação de internamento hospitalar, tendo de seguida



regressado a sua casa. Estamos ainda, em condições de afirmar que os restantes membros do agregado familiar, já foram testados, com resultados negativos...” No dia 25 de setembro (ontem), estava escrito:” Felizmente, está já recuperado, o caso do cidadão melgacense, que se encontrava positivo, no hospital de Viana do Castelo, desde o início do mês...”. Temos dados quantitativos, e qualitativos. Se perguntarem se é mais fácil identificar 4 pessoas infetadas, que lhe parece constar no relatório de Proteção de Dados na União de Freguesia de Parada do Monte e Cubalhão que é composta por 526 pessoas, ou se é mais fácil identificar 1 pessoa, que esteve internada, idosa, que recentemente saiu do hospital de Viana e que já foram testados os elementos da sua família. O deputado pergunta se algum de nós apresentar, uma queixa à Comissão Nacional de Proteção de Dados sobre quem fez esta publicação no facebook, se achará bem ou não correr este risco de lhe ser aplicada uma coima de 20 milhões de euros. A história, há-de julgar-nos sempre pelos nossos atos e em particular pelas consequências deles. Espera que isto termine com uma admoestação ou arquivamento, mas se alguma coima vier a ser aplicada ao Município de Melgaço, serão os melgacenses a pagar essa fatura, estando certo que, nessa altura os melgacenses compreenderão que a responsabilidade dessa multa, certamente não será do Município.

O deputado José Albano, usou mais uma vez da palavra para dizer que não foi o deputado Pedro Silva que começou a disparar em todos os sentidos, ao executivo ou aos deputados colegas da Assembleia. Todo o mundo fica muito sensível por se fazer uma chamada de atenção a quem vem para aqui atacar o senhor deputado Pedro Silva mas, este tem que se calar mesmo sendo atacado todos os dias nas redes sociais. O deputado Maximiano ficou sensível à questão de como agiu ou não agiu só o Sr.º Pedro mas ele é que sabe. A lei existe, tem de ser respeitada. É uma discussão estéril. Se alguém quiser denunciar ou perguntar se esta afirmação é legítima ou não, que o faça. Quem não deve, não teme. Para o deputado não é o mesmo apontar uma Freguesia, seja grande ou pequena, que há 3 ou 4 casos, ou se dizer que, um cidadão melgacense, esteve internado. Os dados são sigilosos, ninguém têm acesso a eles.

A Presidente da assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para responder às intervenções anteriormente feitas pelos deputados. Começou por responder ao deputado Pedro Silva, relativamente às contas das termas, dizendo



que nas contas de 2019, estavam incluídos valores em dívida e esses valores foram saldados, daí não aparecerem.

Seguidamente agradeceu ao deputado Manuel Fernandes, o ter reconhecido que estamos a fazer um bom trabalho ao nível das pavimentações. Disse que este ano já se realizaram várias obras, passando a dar alguns exemplos. Estão a ser feitos acessos da Igreja de S. Paio a Sante; e ainda este ano, serão feitas mais obras de intervenção de Sante a Pomares; pintura da estrada Vila a Castro Laboreiro; sinalização horizontal e pintura na Vila; estrada Gave à Aveleira; repavimentação Vila ao Viso; acesso desde o cemitério de Cristóval a S.Gregório; em Alvaredo o acesso à Granja, entre outras. Disse ainda, que há um outro conjunto de intervenções previstas para 2021/2022. Houve uma requalificação grande do parque de estradas e vias de circulação no concelho.

Relativamente à Festa do Espumante, disse que a autarquia não fará nada sem analisar os cuidados a ter, tal como aconteceu na Festa do Alvarinho que foi cancelada, na comemoração dos seus 25 anos. Não haverá uma grande tenda, a festa será redesenhada, com regras muito especiais. Em suma, um modelo diferente. A ideia passa por as pessoas poderem visitar os produtores mas respeitando todas as regras. Contudo, os próximos 2 meses serão para avaliar e ditar o percurso a seguir. Quanto ao Turismo, referiu não ser verdade que se quer alavancar o concelho a pensar só no turismo, mas ninguém terá dúvidas do valor do turismo na nossa economia. Não pensamos só no turismo e exemplo disso é a zona empresarial de Alvaredo que brevemente irá arrancar, e para a qual já existem empresas interessadas em se instalarem. Não é só o turismo, temos a área do vinho em crescimento, com um contributo gigante para o desenvolvimento do concelho. No entanto, é inegável que, nestes últimos meses, houve um crescimento notável na área do turismo. E ao contrário do que se diz, não se está a crescer por causa de uma desgraça, foi porque o público nacional nos escolheu. Em 2018 a estatística nacional diz que Melgaço foi o Município que teve o maior número de dormidas, em 2019.

Quanto ao Centro de Saúde, referiu que não devemos falar apenas do Centro de Saúde, mas também, em todos os serviços públicos. Perante a pandemia foram desenhados novos paradigmas de atendimento. Disse que num momento inicial, claro que concordou com estas novas formas de atendimento, contudo já deveriam



ter sido ultrapassadas. Na área da saúde, disse ter conhecimento que muitas das pessoas que se encontram dentro do sistema, têm demonstrado interesse e vontade para que o paradigma se altere. No entanto, o ministério tem mantido as regras de atendimento, insistindo em que as coisas não se alterem tanto quanto seria desejável. Garantiu que o Município tem tido um trabalho articulado com a saúde, com reuniões periódicas e com colaboração permanente, a qual passa pela cedência de um recurso humano, contratado pela autarquia, para fazer serviço de atendimento telefónico. Afirmou, que ainda estes dias, foi comunicado um novo modelo de atendimento mais alargado, mais consistente que possa dar uma outra capacidade de resposta às populações. Do ponto de vista da autarquia temos que colaborar com eles, e fazer exigências à tutela e à ULSAM. É uma situação que acontece em todo o país, é desejável que se altere, e que se altere também nas finanças, onde colocamos dois funcionárias para ajudar neste atendimento. Terá que haver uma mudança em todos os serviços para que o atendimento seja de porta aberta, mas em segurança. O Município deu esse exemplo, fechou durante dois meses, mas no momento certo abriu. Atenderam todas as pessoas nos nossos serviços, com as devidas medidas de segurança.

Quanto à intervenção do deputado Paulo Cerdeira, “Melgaço em Festa” salientou que foi um trabalho de sucesso. Reinventou-se a programação de um evento atendendo a todas as regras necessários em tempo de pandemia. Reinventou-se com inovação e criatividade, houve um dinamismo na vila extraordinário, apreciando uma programação alternativa. Recebeu alguns elogios, até da parte da imprensa, dizendo que o Município de Melgaço foi claramente o Município mais capaz de fazer uma programação de maior qualidade, em todo o Alto Minho. Quanto ao elogio feito à comunicação por parte do deputado Paulo Cerdeira, que durante muito tempo, foi ao nível interno uma das pessoas mais críticas quer da comunicação quer do gabinete de comunicação do Município, cumpre dizer que o gabinete tem feito um excelente trabalho. O trabalho é feito com um intuito de projetar o Município e essa capacidade de projeção é absolutamente notória. Foi-se capaz de chegar a uma revista “Volta ao Mundo”, com 4 páginas sobre Melgaço, por isso tivemos este ano a revista “Evasões”, exclusivamente a trabalhar no nosso município. Para além do “Porto Canal”; tivemos um programa da RTP no início de julho, importantíssimo na divulgação do nosso Município; tem-se o trabalho feito pela

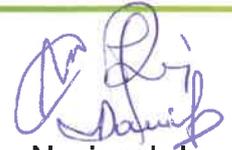


Essência do Vinho em substituição da Festa do Alvarinho, com uma enorme projeção do território, nas suas várias valências. Fomos capazes de estar presentes em revistas da especialidade, revista de turismo, revista de carácter nacional, assim como em revistas internacionais. A capacidade do gabinete de comunicação, em articulação com o executivo levou-nos a uma edição da “Festa das Vindimas”, programa da RTP, que vai passando em várias zonas vinhateiras e que veio até à Sub-Região Monção de Melgaço. Um trabalho mais ou menos concertado pela CVRVV e o Dr.º Manuel Pinheiro. O programa foi feito a partir de Monção, mas teve uma presença avassaladora e esmagadora de Melgaço, dos seus produtores de vinho alvarinho, das suas vertentes de animação turística, dos produtos locais, etc. Tudo isto porque se faz o trabalho de casa. Há um gabinete de comunicação capaz de colaborar connosco nesse mesmo trabalho.

Seguidamente elogiou os produtores de vinho, constatando que os meses março, abril e maio não foram fáceis. Alguns temiam pelo preço da uva, mas foram capazes de dar a volta à situação. O negócio hoje tem uma recuperação extraordinária e são vários os produtores a darem nota disso. Conseguiu-se manter o preço da uva sem quebra, que é importante para a riqueza do nosso território.

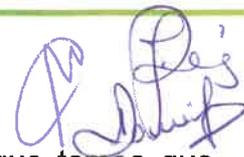
Referiu-se ao pedido de demissão da deputada Manuela Lobato afirmando que o recebia com pena, pois nutre pela deputada, quer enquanto membro da Assembleia, quer enquanto pessoa e profissional, admiração e grande apreço. Estima mesmo que tenha muitos sucessos profissionais e pessoais a partir de hoje e a partir da sua renúncia nesta Assembleia.

Quanto à questão da Proteção de Dados, levantada pelo deputado Maximiano Gonçalves, apenas referiu umas notas. Uma vez que o deputado José Albano Domingues disse que o deputado Pedro Silva não denunciou nada, apenas colocou questões, disse que considerava conveniente, citar o ponto um do relatório que chegou da CNPD: “deu entrada na Comissão Nacional de Proteção de Dados, uma participação apresentada por Pedro João Mendes de Sousa e Silva, contra o Município de Melgaço...”. Já em relação a uma outra questão que foi colocada, que a vereadora Maria José Dias teria alertado, numa reunião de Câmara sobre este assunto, afirmou ser mentira. A vereadora, dias antes dessa reunião, enviou um e-mail dizendo que tinha sido feita uma denúncia. Nunca antes tinha questionado a nossa forma de fazer a publicação dos números do Covid. Nesse e-mail dizia que



sabia que alguém tinha feito uma denúncia do Município à Comissão Nacional de Proteção de Dados. E, na reunião de Câmara seguinte, deu nota disso, novamente, mas nunca fez qualquer menção, qualquer aviso ou alerta ao executivo. Explicou ainda, perante aquilo que foi a denúncia feita e perante o que é a notificação feita pela Proteção de Dados que a defesa já foi enviada, mas ainda não chegou a resposta da CNPD. A partir disto fizeram aquilo que acharam que deveriam ter feito. Temos tido um misto de sorte, os números têm sido exíguos, pois tem havido uma consciência cívica grande por parte da parte da população. Tememos todos porque depois de um verão tão movimentado, com a presença desejada, acolhida e saudada dos nossos emigrantes e com a presença de milhares de pessoas que nos visitaram, a situação poderia ter evoluído de uma outra forma. Felizmente não evoluiu. Informou ainda, que anteontem houve notícia de um 2º caso e ontem, ao final da tarde, recebido o mapa, foi dada nota, que um dos casos tinha recuperado. Afirmou que apesar da acusação o facto é que os dados foram transmitidos de forma objetiva, sem nunca se falar de nada, nem de ninguém, apontando apenas números. A lei tem o seu enquadramento, mas entre nós, num território tão pequeno, esta questão da privacidade, sabemos todos que não esta em causa pelas publicações do Município, pois numa pequena Freguesia, quando uma situação destas acontece, todos os vizinhos sabem. Nós falamos apenas em números, nunca falamos em nomes.

Em resposta à intervenção do deputado Diogo Castro, sobre o Património das Pesqueiras, o Presidente da Câmara disse que foi um desafio lançado em maio de 2018. É um património único no nosso Município e nos Municípios vizinhos. Juntou-se pessoas de um lado e do outro e arranjou-se alguém capaz de levar isto a bom porto. Falou então com o Drº Álvaro Campelo, que está habituado a trabalhar questões de património. Considerou que este assunto não deveria ficar com o Município, deveria ter um organismo que trabalhasse em função de todos. Foi por isso que o processo foi transferido logo em junho/julho 2018 para a RCT Rio Minho, enquanto agrupamento territorial e instrumento de trabalho, que congrega os Municípios de um lado e do outro. O Drº Álvaro Campelo agarrou no processo e o Presidente pediu-lhe, porque era de toda a justiça, que se fizesse aqui a apresentação com a presença da Secretária de Estado Adjunta do Património, que já em janeiro tinha conhecimento desta candidatura, quando lhe fez uma visita,



acompanhado do Drº Álvaro Campelo. O património é um legado que temos que preservar. Acrescentou que o executivo está a fazer mais, nomeadamente, o trabalho de apoio às paróquias, para que o património das freguesias seja também preservado. Uma das mais recentes e que esteve em cima da mesa nesse dia foi a recuperação da parte exterior do adro da Igreja de Chaviães. Neste momento está reabilitada, com um trabalho extraordinário do ponto de vista do projeto, faltando apenas uma obra no soalho. Deu os parabéns aos Senhores Padres que têm tido uma grande sensibilidade para levar a bom porto estes projetos. Outra intervenção que está a ser feita é no Convento das Carvalhiças, uma parceria entre Câmara Municipal, Junta de Freguesia e paróquia que pretende a reabilitação no seu interior. Nesse dia foram também ao Convento de Paderne, que precisa de uma intervenção séria e urgente. Foi por isso que em janeiro teve uma reunião com a Secretária de Estado Adjunta do Património, juntamente com o Padre César. O projeto está praticamente pronto e foi financiado pela Câmara Municipal, com um subsídio de 63 mil euros. A 1ª fase é a recuperação de toda a cobertura de todas as fachadas e o tratamento exterior do edifício, que implica inclusivamente o cemitério. Relativamente a este último, dar uma nota de louvor ao Presidente da Junta da Freguesia de Paderne, que fez um trabalho admirável. Depois da reunião com a Secretária de Estado Adjunta do Património disse-lhe que tinha um desafio pela frente pois, para se levar a bom porto esta reabilitação, era preciso criar uma faixa no cemitério junto à fachada poente do convento, que implica retirar um conjunto muito alargado de sepulturas. Em 15 dias o Presidente da Junta conseguiu resolver, estando hoje criadas as condições para avançar para a transferência de todas as sepulturas. Em suma, estão criadas condições para uma intervenção que rondará entre quinhentos mil e um milhão de euros, na sua 1ª fase, com financiamento a 100% do Estado Português.

Quanto à referência ao marco nº1, referiu que está a ser trabalhado. Compraram-se os terrenos circundantes para que possam ter condições de trabalho e colocar nessa área os passadiços e acessos, requalificando a zona de Cevide, junto ao largo, criando condições de visitação. É também importante trabalhar a questão do estacionamento, antes de chegar ao largo de Cevide. Este trabalho insere-se, na rede de trilhos que continua a ser colocada, para que no próximo ano tenhamos todo o trabalho feito. Não esquece a ecovia já com projeto feito, não tendo

dúvidas de que virá aí financiamento para o projeto. Informou ainda, que no Conselho Regional passado, o Presidente da Câmara de Vila Nova de Gaia disse ser fundamental termos um conjunto de projetos para quando chegarem as oportunidades de financiamento, ser possível coloca-los no terreno. Um desses projetos é da ecovia que passará por Alvaredo e que até poderá dar lugar a outras ligações (algumas até de carácter privado).

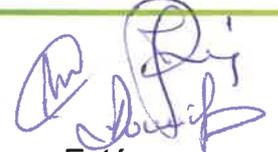
Quanto à intervenção da deputada Sónia Durães sobre o arranque do ano escolar, referiu que o mesmo está a correr muito bem, porque é um trabalho concertado por todos. Louvor ao trabalho feito pela Diretora e sua equipa, em concertação estreita com a autarquia. Estamos de parabéns por isso e oxalá se mantenha esta situação de segurança permanente na escola. Aproveitou para dar nota que no dia anterior chegou-lhe informação que a ESDL, na 1ª fase de colocações no ensino superior, tem colocados 102 novos alunos, faltando ainda a 2ª fase. Relativamente a isto continuamos a ter alguns desafios, um deles é social e de toda a comunidade, que é o desafio do alojamento. É muito importante que saibamos criar condições para acolher e alojar todos estes alunos; espera sensatez nesse negócio por parte dos proprietários. Em simultâneo, estão a trabalhar no alojamento estudantil. Como é do conhecimento dos senhores deputados, já veio a esta assembleia a cedência da antiga escola primária de Prado, para que se possa lá instalar uma residência para estudantes universitários. O IPVC está a desenvolver o projeto.

Seguidamente o Presidente respondeu à interpelação feita pelo deputado Jorge Ribeiro sobre as piscinas municipais. Temos, neste momento, o problema que têm todos os municípios. É o problema de um conjunto de obras que os municípios têm e a capacidade de resposta das empresas. Fizemos um concurso que já terminou, de pré-qualificação, no qual se apresentaram 3 empresas. Feito e fechado esse concurso de pré-qualificação, nenhuma das empresas apresentou qualquer proposta. O passo seguinte é o que está a ser feito, rever a questão financeira do projeto, para que vá à reunião de Câmara, já na próxima quarta-feira, e posteriormente à reunião da assembleia, para se poder rapidamente colocar novo concurso. Solicitamos à Presidente da Assembleia que este assunto, dada a urgência, possa ir à reunião extraordinária da assembleia, a 13 de outubro.

Terminada a intervenção do Presidente da Câmara solicitou a palavra o deputado Jorge Ribeiro para dizer que em Alvaredo há um problema recorrente, nesta altura do ano, com as águas. Deixando o alerta, para ver o que se passa, as levadas de água branca que atravessam a freguesia, entram nos campos, acabando por chegar ao rio. Todos sabemos de onde vêm. Era importante o município tomar uma atitude, averiguar o que se passa.

De seguida pediu a palavra o deputado José Albano, para dizer, relativamente à questão da proteção de dados, que era conveniente cada um de nós, aceder ao site da CNPD e verificar como essas coisas se processam. Há um formulário que é preenchido e é preciso respeitar o que lá está, colocar as observações. Quanto ao turismo, o Presidente não devia estranhar as suas palavras e só estranhou porque descontextualizou o que foi dito. Ficou muito feliz pelo turismo em Melgaço, quer que cresça, o que disse tem sido aquilo que é veiculado e do pensamento público. Do ano passado para este ano, houve um regresso do turismo nacional, para este tipo de zonas. A minha alusão neste aspeto foi na sequência da intervenção do deputado Paulo Cerdeira, na qual compara os números do ano passado com os deste ano.

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara caso quisesse acrescentar alguma coisa. Este referiu que em relação à intervenção do deputado Jorge Ribeiro, julga que o Presidente da Junta da Freguesia de Alvaredo poderá esclarecê-lo. Contudo, referiu que tem conhecimento dessa situação e de outras e aquilo que o município fez foi dar instruções claras, isto é, que se faça o procedimento adequado, que é fazer processos de contraordenação, em relação a quem quer que seja que esteja a incumprir. Há várias violações, não há apenas uma, o que é lamentável, porque o município criou, com a construção da Etar de Penso, todas as condições para que qualquer produtor, que não tenha capacidade de fazer tratamento dos seus resíduos, tenha, na nossa Etar, a resposta adequada. Tem conhecimento de que o estão a fazer, ou entregando pela via normal que é a rede de saneamento, ou entregando de forma avulsa em camiões. Há o cuidado para que não descarreguem em simultâneo os seus resíduos, porque mesmo tendo capacidade de resposta, poderemos estar a incorrer no risco de causar alguns cheiros. É de lamentar que alguns prevariquem, daí levarem com as consequências. Informou ainda que tem articulado com o Presidente da Junta em relação às águas fluviais, que é um problema em Alvaredo, especialmente nos invernos muito



rigorosos pois junta num determinado lugar caudais elevados de água. Está a ser tratado, já se fez uma intervenção há 2 ou 3 anos num ponto concreto da freguesia, começando a preparar essas condições. Não podemos utilizar esse equipamento que já está construído, mas ainda não está ligado ao rio ou um ribeiro que consiga ligar ao rio. Hoje estão as condições criadas com os proprietários de terrenos para podermos, no próximo ano, fazer a continuação dessa conduta e resolver essa questão.

Usou da palavra o deputado Paulo Cerdeira, para dizer que em relação ao turismo não referiu que este ano o turismo aumentou em relação ao ano passado.

Seguidamente pediu a palavra o deputado José Albano, para esclarecer que se referiu a este último ano e citou a causa Covid, pelo motivo de deslocalização de pessoas.

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao deputado Diogo Castro para poder esclarecer o deputado Jorge Ribeiro. Começou por agradecer ao deputado pela atenção que tem com a sua freguesia. Em relação ao problema da adega, disse que se deslocou à mesma para verificar o que se passava e realmente é uma coisa que não pode, nem deve acontecer. Há descargas feitas por essa adega que são proibidas. Quanto a isso convidou o deputado Jorge Ribeiro para uma reunião que haverá na freguesia de Alvaredo, onde entre outras obras que vão ser realizadas na freguesia, o escoamento de águas há muito pedido será um dos temas a merecer atenção.

Voltou a pedir a palavra o deputado Jorge Ribeiro que, dirigindo-se ao Presidente da Câmara, disse que o deputado Diogo Castro referiu a adega, e que se sabe tratar-se das Quintas de Melgaço. Estando a falar dessa adega, não podemos aceitar a resposta de que vai ser punida. Estamos a falar enquanto órgão punitivo e órgão infrator. A adega é maioritariamente do município. Esperava a resposta de quem teve esse lapso, dizendo já estamos a tratar do assunto e não a resposta dada pelo Presidente.

Para terminar o Presidente da Câmara dirigiu-se ao deputado Jorge Ribeiro, dizendo que até pensou que o deputado iria fazer um elogio, porque independentemente de sermos sócios maioritários ou não, a gestão é autónoma. Como tal, não podemos dizer que foi a CM que prevaricou. Foi uma empresa, cujo acionista principal é a CM, que prevaricou. Por ser o acionista maioritário não se vai



esconder o assunto debaixo do tapete, por isso é que lhe disse que já foram dadas instruções para que seja feita a contraordenação, como se fosse qualquer outra empresa. Claramente, fomos capazes de distinguir as coisas, sem ter medo de o fazer. É preciso tomar posições adequadas e dar o tratamento igual para toda a gente.

<b>Assunto nº 170</b>	<b>Informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal;</b>
-----------------------	------------------------------------------------------------------------

Como é de Lei, o Presidente da Câmara apresentou à Mesa da Assembleia uma informação escrita, que foi enviada a todos os deputados, sobre a atividade municipal.

A Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara para, se assim o entendesse, explicasse com mais detalhe a informação apresentada. O Presidente não quis intervir. E não havendo pedidos de intervenção, passou ao seguinte ponto.

<b>Assunto nº 171</b>	<b>Análise e deliberação dos Contratos Interadministrativos com as Juntas de Freguesia de S.Paio e União de Freguesias de Chaviães e Paços, no âmbito do transporte escolar para o ano letivo 2020/2021;</b>
-----------------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara, que apenas enquadró o assunto, dizendo que, como em anos anteriores, nesta altura é habitual trazer a esta reunião, os contratos interadministrativos, para os transportes escolares.

Seguidamente a Presidente da Assembleia questionou se algum dos presentes queria intervir. Tendo solicitado o a palavra o deputado Manuel Fernandes, para dizer que como em anos anteriores, discorda do valor que é pago às juntas de freguesia, em relação ao valor pago aos privados, referindo que irá votar contra neste ponto.



O deputado José Albano Domingues, também pediu para intervir. Referiu que a posição da sua bancada é também conhecida já de anos anteriores. Referindo que há agentes locais profissionalizados e preparados para a área dos transportes, aos quais poderiam ser entregues. Particularmente neste ano, em função da conjuntura da Covid, nomeadamente o número de pessoas nas viaturas não possa ser o mesmo, tendo que ser reduzido, também é posição da sua bancada, já expressa nesta assembleia e publicamente, que as mais-valias, até pela questão dos preços, que se gerariam com a entrega de transportes a agentes profissionalizados, seriam usadas para reforço das verbas às juntas de freguesia. Não é tirar rendimento às juntas de freguesia, propondo que seja feito um reforço através dessas mais valias que seriam geradas.

Seguidamente foi dada a palavra ao Presidente da Câmara que apenas fez um reparo. “Não se poderá interpretar, das palavras do deputado José Albano, que as juntas de freguesia terão menos cautela e menos segurança no transporte dos alunos.”

A Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação **tendo a proposta sido aprovada por maioria, com 1 voto contra do deputado Manuel Fernandes e 7 abstenções da Bancada da Coligação P´ra Frente Melgaço.**

**Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.**

Assunto nº 172	<b>Análise e deliberação da proposta de alteração do Mapa de Pessoal;</b>
----------------	---------------------------------------------------------------------------

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para que se assim o entendesse fizesse a introdução ao assunto. O mesmo apenas referiu que a alteração tem a ver com a necessidade de reforçar o quadro de pessoal, no Agrupamento de Escolas, devido à situação delicada, que se vive neste momento. Acrescentaram ao mapa 2 pessoas para o quadro de auxiliares. Deu ainda nota de louvor à direção da escola, por ter sido absolutamente escrupulosa nos pedidos, quer do foro material e de equipamentos, quer do foro do pessoal, para fazer frente à abertura do ano escolar e funcionamento desta durante este período complicado. Foi exemplar a forma como a escola trabalhou e a forma como



conseguiu gerir recursos, para nos pedir aquilo que é absolutamente essencial. Pretende-se reforçar o quadro em 2 pessoas nesta função de auxiliar, utilizando o resultado do concurso feito há um ano atrás.

Não havendo intervenções, a Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação **tendo a proposta sido aprovado por unanimidade.**

**Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.**

Assunto nº 173	<b>Análise e deliberação do Contrato Programa de desenvolvimento Desportivo com o Sport Club Melgacense;</b>
----------------	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para introduzir o assunto. O Presidente informou que 2 em 2 anos têm a necessidade de fazer a renovação do contrato programa, com o Sport Clube Melgacense, e aproveitou para felicitar o clube não só pela subida de divisão, mas também pelo trabalho de gestão que tem sido rigoroso e que do ponto de vista desportivo e financeiro, conseguiu fazer evoluções interessantes no clube, mantendo e mesmo aumentando o número de atletas. Referiu que o que vem à análise a esta reunião em relação ao contrato programa, é reforçar em 10 mil euros em relação ao ano anterior, passando para 55 mil euros, para que o Clube possa continuar a fazer o seu percurso de elevada qualidade.

Seguidamente foi dada a palavra ao deputado Manuel Luís Gonçalves que referiu que ao ler o contrato verificou um lapso relativamente à clausula 2ª, nº2 alínea a), que deve ser corrigido, onde refere “apresentar a prestação de contas referentes ao ano de 2018 até ao 30 de abril de 2019”, uma vez que o objeto do contrato se refere à época desportiva 2020/21.

O Presidente da Câmara disse que seria feita a correção.

Não havendo intervenções, a Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação **tendo a proposta sido aprovado por unanimidade.**

**Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.**



<b>Assunto nº 174</b>	<b>Análise e deliberação da proposta de transferência de competência de cogestão de áreas protegidas;</b>
-----------------------	-----------------------------------------------------------------------------------------------------------

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara que iniciou a intervenção dizendo que há um ano sensivelmente trouxeram esta matéria, da competência de cogestão de áreas protegidas a esta assembleia. Nessa altura veio à discussão com o sinal de reprovação/ não aceitação da mesma. Entretanto as coisas evoluíram, tem havido conversas entre os 5 municípios que se juntam na ADERE Peneda-Gerês e a tutela e o ICNF, no sentido de evoluirmos para a cogestão. Os documentos vão acompanhados por um protocolo celebrado com o ministério, no sentido de se assumir essa mesma congestão, que foi experimentada no Parque internacional do Tejo e que agora se pretende que seja estendida às outras áreas protegidas e de uma forma rápida e também ao Parque Nacional Peneda-Gerês.

Para estarmos no processo de cogestão precisamos reverter esta não-aceitação. O que vem aqui para deliberação, depois de ter sido aprovado em reunião de câmara é a aceitação da competência.

O deputado José Albano Domingues usou da palavra para dizer que também votaram a favor nessa altura, aquando da discussão e aprovação na assembleia municipal de 28 de Setembro de 2019. Por essa altura, na informação que estava na base dessa deliberação, referia-se, fundamentava-se a falta de capacidade técnica do município e os encargos financeiros associados à cogestão, para se refutar essa competência. Também se dizia que tinham que ser criados mecanismos, que permitissem em 2021, fazer essa adesão. Do ano passado para este ano, e depois de termos analisado o memorando de entendimento, não conseguimos vislumbrar concretizações de pressupostos provados de alteração deste entendimento, isto é, desta decisão. Justificou assim o sentido de voto da sua bancada.

O Presidente da Câmara, dirigiu-se ao deputado José Albano dizendo que há um ano atrás, aquilo que nos era proposto votar de lei, era que o município

assumisse esta tarefa de gestão das áreas protegidas. Entretanto e durante todo este ano, aquilo que foi conversado foi que os 5 municípios, aceitassem estar numa estrutura de cogestão, com a tutela e com o ICNF. A figura de representação dos municípios será a ADERE Peneda-Gerês. Foram criadas as condições formais, para que os 5 municípios possam aceitar este trabalho de transferência da competência e terem instrumentos para poderem fazer esse exercício da competência e a gestão do espaço que é o PNPG. Simultaneamente foram criadas condições financeiras, que há um ano atrás não existiam. As condições financeiras criadas será a transferência, a partir do momento da assinatura, de valor para a ADERE Peneda-Gerês, que representa os 5 municípios, para que este trabalho de cogestão possa ser feito.

O deputado José Albano voltou a usar da palavra, agradecendo as explicações dadas pelo Presidente da Câmara, e perguntando: qual o valor que envolve o envelope financeiro e, paralelamente, se há algum caderno programado, daquilo que será a intervenção dos municípios através da ADERE, nas áreas de cogestão e alguma densificação daquilo que possam ser algumas das competências de cada município, individualmente ou integradas na associação.

Em resposta o Presidente da Câmara, disse que em relação aos valores, aquilo que está assumido será um valor de 100 mil euros/ano, a transferir para a ADERE Peneda Gerês para que assuma este papel de cogestão. A densificação do que será o papel da ADERE enquanto representação dos municípios, do que se trata é de que a partir deste momento os municípios terem um outro papel, uma outra capacidade de decisão em relação ao território, à sua gestão e de uma forma muito concreta espera que isso aconteça no que diz respeito ao planeamento. Todos sabemos as dificuldades que os municípios têm na questão do planeamento quando trabalham com a entidade pesada como é o ICNF. Achamos que o unirmo-nos neste papel de cogestão, nos ajudará a sermos capazes de ultrapassar estas barreiras, estas dificuldades que existem na questão do planeamento. Já há alguns sinais de que isso está a acontecer. Felizmente neste momento, quando falamos com o ICNF em relação a licenciamentos, este está a ser muitíssimo mais rápido a responder, mais brando na análise, mais capaz de perceber aquilo que são as nossas exigências. Deu o exemplo do turismo: neste momento no Parque Nacional e nos vários municípios, os equipamentos turísticos não podem ultrapassar uma



implantação de 500m2 e estamos a lutar, com vitória à vista, para que quando estamos a falar da implantação de um equipamento turístico, como por exemplo, um parque de campismo, um hotel ou outro equipamento turístico, que não haja delimitação, que haja sensatez na análise da parte dos municípios e depois do ICNF, para que as questões se resolvam. Acrescentou que teremos implantação da Altice e até ao final do ano de mais 3 torres, colocando no terreno o compromisso que assumiu, em novembro passado, quando esteve a assinar o protocolo de investimento. E este ano fará a implementação das 3 torres. Uma já está levantada, na Vila e serão levantadas mais 2: uma em S. Paio, que já está negociada e uma outra na Branda da Aveleira. E foi com alguma brevidade, que tivemos resultados por parte da ICNF. Ontem teve a oportunidade de receber o parecer favorável da implementação da torre na Branda da Aveleira. Depois das instalações das torres, no que diz respeito à Altice e à Meo teremos uma cobertura mais satisfatória do território e sobretudo teremos uma excelente cobertura Meo em todo o território ribeirinho e ainda, melhoraremos na cobertura numa zona turística de excelência que era a zona da Branda da Aveleira. Lamentou ainda, não haver solução definitiva para os lugares de Ribeiro de Baixo e Ribeiro de Cima, onde a cobertura digital móvel ainda não acontece e onde a cobertura de rede fixa deixa muito a desejar. Continuarão a trabalhar para que essas situações sejam resolvidas. Isto para reforçar que o ICNF tem tido uma postura diferente. O facto de assumirmos esta cogestão e estarmos com ICNF e com a tutela nesta cogestão, será facilitador para o município, nestas questões.

A Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação **tendo a proposta sido aprovado por maioria, com 8 abstenções da bancada da Coligação P'ra Frente Melgaço.**

**Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.**

<b>Assunto nº175</b>	<b>Análise e deliberação da proposta de transferência de competências da ação social;</b>
----------------------	-------------------------------------------------------------------------------------------

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para introduzir o assunto. Este começou por dizer que este é o último documento sobre

competências, que nos chegou. Era a última competência que estava por legislar. Sempre dissemos que esta era uma competência que deveríamos agarrar. O que se vai colocar à discussão e posterior votação é a assunção da competência de ação social para o município. Teremos claramente que estruturar, para sermos capazes de responder às variantes da assunção desta competência.

Seguidamente foi dada a palavra ao deputado Jorge Ribeiro, que colocou a seguinte questão: a aceitação destas competências, têm que vir à reunião de câmara e posteriormente à assembleia municipal. Tem alguma relevância serem analisadas e ponderadas, antes de se decidir. E nesse sentido o deputado diz que é importante reunirmos a informação necessária, para o efeito. Concordaremos que é um bocado vago dizer que do ano passado para este ano houve evolução mas, precisamos saber quais foram. Embora o Presidente tenha dado as explicações verbalmente, era importante essa informação estar vertida nos documentos. Tal permitiria termos uma opinião mais alicerçada sobre o assunto. No caso do apreço das medidas da ação social, pensa que no parágrafo da primeira folha e continua na segunda página, deixa algumas dúvidas e se deixa ao deputado e outros que estão ligados ao setor, imagina aos restantes colegas. Passando a citar “para efeitos do exercício das competências está prevista a transferências de recursos de acordo com o estabelecido no artº14 da Lei nº55/2020, de 12 de agosto, sendo que no âmbito das competências de coordenar a execução dos programas de CLDS, de assegurar o serviço de atendimento e acompanhamento social e de celebrar e acompanhar os contratos de inserção, está prevista a transferência dos recursos necessários para o exercício das competências.” Supõe o deputado que estejam a falar de verbas do envelope financeiro, porque na continuação da frase diz: “no entanto, para as competências relativas a assegurar o serviço de atendimento e acompanhamento social e de celebrar e acompanhar os contratos de inserção, determina ainda, o mesmo artigo a transferência para os municípios dos montantes equivalentes às remunerações devidas aos trabalhadores afetos ao exercício das mencionadas competências”.

O deputado Jorge Ribeiro, gostava de perceber, relativamente ao CLDS, deduzindo que este é uma parceira (Centro Social de Chaviães) financiado, que cobre as despesas incluindo a coordenação, o porquê da transferência de meios para a sua coordenação. Refere-se que vão transferir meios para o SAS e recursos



humanos, mas mais à frente diz que transferem os montantes equivalentes às remunerações. E no parágrafo seguinte está escrito: "que vão transferir recursos humanos para a concretização". Supondo que haja um lapso, ao referirem-se à transferência de recursos humanos, deve ser transferência de meios financeiros para assegurar os recursos humanos necessários. O deputado gostaria também perceber se isto está quantificado. Quando dizem que transferem as verbas referentes aos recursos humanos necessários, deveria estar mais pormenorizado. Há um pacote financeiro X para fazer face a esta despesa. Concluiu dizendo que está confuso e gostaria que fosse esclarecido.

Seguidamente foi dada a palavra ao Presidente da Câmara que disse que não há, neste momento ainda, negócio feito com números, relativamente à transferência de competências. O ministério não fez nenhum trabalho objetivo, sobre pacotes financeiros. Aconteceu o mesmo com a competência da educação, em que assumimos primeiro a competência e só depois a afinação dos valores em relação à assunção da competência posterior. Articulado diretamente com o ministério e com a Dgest. Na altura o diretor João Costa, ex-Presidente da Dgest-norte, foi uma pessoa brilhante, neste momento é o Diretor Geral da Dgest, e o Presidente aproveitou para o saudar pelo seu trabalho, pela sua capacidade de responder aos municípios, pela capacidade de integrar os municípios nas preocupações da educação. Neste caso, ainda não está feito o exercício financeiro, quer dos recursos financeiros, quer dos recursos humanos.

Referiu que conseguimos fazer uma leitura da legislação de uma forma muito fácil. No CLDS não haverá mais transferências, nem de competência, nem de pacote financeiro. O CLDS tem financiamento próprio e está enquadrada a sua gestão, tem uma estrutura bem definida. O que se trata neste assunto é de assegurar o serviço de atendimento social e acompanhar os contratos de inserção. O atendimento tem um rosto em cada um dos municípios, porque há uma pessoa destacada da segurança social, a fazer esse serviço. Aquilo, que estamos aqui a tratar é da transferência desse recurso humano para o município, quando o município assume esta questão do atendimento social. A acompanhar a transferência do recurso humano terá de vir a transferência de um envelope financeiro, para pagar o respetivo salário. Quando fala dos contratos de inserção estamos a falar do RCI e estamos a falar de equipas de RCI, que nós não temos em Melgaço. Há uma equipa



de RCI afeta a uma organização de Monção e é essa que faz o acompanhamento dos RCIs em Monção e em Melgaço. A transferência de que se pode estar a falar, é da transferência destes recursos humanos no âmbito das equipas de RCI, para os municípios. Não temos uma equipa em Melgaço. Temos que ver o que vai acontecer relativamente a esta questão. Se termos condições para assumir alguém nessa equipa ou não, se será pedido ou não, temos que conversar com a tutela sobre isso e com o centro distrital do serviço, ou então encontrarmos alguém que reforce o nosso serviço de ação social, para podermos fazer aqui o acompanhamento dos contratos de inserção.

O deputado Jorge Ribeiro usou da palavra para dizer que quando referiu o coordenar o CLDS, não sabe se o senhor Presidente viu, mas está isso escrito no último parágrafo, da 1ª página, 3ª linha. No que diz respeito ao RCI, terá que se ver porque são entidades privadas, terá que haver essa disponibilidade, essa negociação. Nós não temos SAS em Melgaço, temos serviço de atendimento e acompanhamento, temos uma técnica que está a tempo parcial em Melgaço, porque deixamos de ter o SAS. Em tempos, teve oportunidade de alertar o Presidente e até lhe pediu que interferisse para tentar ver o que se passava, que em Melgaço ia acabar, mantendo-se noutros concelhos. Continuamos a ter uma técnica que 3 vezes por semana, está cá ao serviço, com todos os outros encargos. Na prática, sabemos que estamos extremamente deficitários. O serviço de atendimento e acompanhamento da segurança social, embora fosse alugado a privado nos últimos 3 anos, tinha uma equipa de 2 pessoas, mais um coordenador. Não se resolve com a transferência de uma pessoa. Sendo este o alerta que queria deixar e de perceber porque é que o serviço de atendimento acabou em Melgaço, mantendo-se nos outros concelhos.

Voltou a ser dada a palavra ao Presidente da Câmara que referiu, que julga que quando o deputado Jorge Ribeiro refere que acabou, se refere à RLIS. Assumiremos esta competência, para continuar a fazer o que tem sido feito ao longo dos anos e que queremos melhorar, que é sermos parceiros de articulação com todas as IPSS que estão a trabalhar e que são do território. O objetivo é uma articulação perfeita com todas as IPSS que cá estão, sem que a assunção da competência venha poder ser lida como uma tentativa de substituição, ou sobreposição a quem quer que seja. Sempre defendeu e continuará a defender, que



as IPSS têm um papel essencial, no território nacional, como a Santa Casa da Misericórdia. É o papel que lhes cabe, essencial para o trabalho com os mais jovens e menos jovens que precisam desse apoio, desse trabalho de retaguarda imprescindível. Relativamente ao atendimento, julga que estamos agora em condições para que se retome uma capacidade de atendimento, que porventura se perdeu. Não tem nota que tenha havido problemas, nos últimos tempos, relativamente ao atendimento social no nosso município, no entanto, teremos com esta competência condições para reforçar e, a fazer de novo se for necessário, uma equipa que permita fazer esse atendimento social. Defende há muito anos, mesmo antes de estar na área da política, que deve haver uma equipa bem estruturada de atendimento social em cada um dos municípios e que depois essa equipa tenha regras e critérios e uma grelha de trabalho, de relação com as IPSS, que permita a rede funcionar em pleno.

Não havendo mais intervenções, a Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação tendo a proposta sido aprovado por unanimidade.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Assunto nº176	Análise e deliberação da proposta de Regulamento do Quadro dos Benefícios Fiscais Associados aos Impostos Municipais sobre o património da ARU do Peso;
---------------	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para que introduzir o assunto. O Presidente começou por dizer que estamos a desenvolver o plano pormenor para o Peso, com uma equipa de projeto muito boa. E está a ser desenvolvido, de forma rápida, ao abrigo do calendário que tínhamos definido para a implementação desse mesmo plano. Esse Plano de Pormenor tem sido devidamente articulado com os promotores que querem investir no Peso. Houve condições e capacidade de fazer duas ou 3 reuniões, concretamente com os promotores do empreendimento do Grande Hotel do Peso, para que os empreendimentos estejam encaixados com aquilo que vamos pensar e desenhar, enquanto projeto urbanístico para o Peso, e houve ainda, a oportunidade de fazer uma reunião com um projeto



que está a ser desenvolvido, julgo que ainda não tem ninguém para o implementar, que é o Hotel Ranhada. Tivemos oportunidade de juntar a nossa equipa de projeto, com as duas equipas, para que as coisas estejam devidamente articuladas. O que estamos a desenhar é um instrumento de valor e interesse para o Peso, para que a renovação dessa zona tenha uma leitura integral e estejam definidos os critérios para novos investimentos. É preciso neste momento fazer, tal como fizemos para a ARU da Vila, a definição no regulamento do quadro de benefícios fiscais associados ao plano de pormenor. Estes são muito próximos dos benefícios fiscais definidos para a Vila.

Não havendo pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação **tendo a proposta sido aprovado por unanimidade.**

**Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.**

<b>Assunto nº177</b>	<b>Análise e deliberação da proposta da Bancada do Partido Socialista, implementação do projeto “Jovem Autarca”;</b>
----------------------	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

A Presidente da Assembleia começou por dizer que no regimento da assembleia municipal, artigo nº15 que diz respeito à ordem do dia, refere que a mesma deve reunir os assuntos que para esse fim, forem indicados por qualquer membro desta assembleia, desde que sejam da competência deste órgão e o pedido seja apresentado por escrito, antes da sua elaboração.

De seguida, pediu a um elemento da Bancada Socialista que lê-se a proposta, que se vai analisar a seguir. Foi dada a palavra ao deputado Tiago Lourenço que procedeu à leitura da mesma.

Seguidamente foi dada a palavra ao deputado José Albano Domingues, que começou por dizer que nesta proposta do Partido Socialista, o que nos apresenta, é para que os jovens entre os 14 e 18 anos, assumam o processo que conduz chegar a este órgão autárquico. Concretiza-se ainda, que o possam exercer de facto, durante o ano. Colocando a questão: como é que isto na prática se vai concretizar? Se o jovem em causa vai seguir toda esta tramitação, que nós temos num processo eleitoral normal, de acordo com o que é a legislação, para poder exercer esse

mandato ou quais são os contornos, que permitam concretizar esta proposta. É nosso parecer que a partir do momento que se assume que os jovens hoje são bem formados e informados, que consigam pôr-se a par daquilo que é a votação do processo eleitoral.

Seguidamente, da bancada do partido socialista, o deputado Manuel Luís Gonçalves, disse que esta proposta, partiu da iniciativa da JS, foi objeto de discussão e aprovação, por unanimidade, na última reunião da comissão política concelhia do partido e foi proposto que viesse à assembleia municipal. É uma experiência que está a ser testada, em diversos municípios, como por exemplo em Vila Nova de Poiares, desconhecendo como funciona. Sabe que após a aprovação na assembleia é lavrado um regulamento, específico deste projeto, que prevê o processo de candidatura dos jovens no qual se definirá especificamente os métodos de intervenção ativa na vida política, que passa pela participação nas próprias campanhas eleitorais, nas reuniões dos diversos órgãos dos municípios, etc. É um projeto interessante pois a juventude hoje em dia demonstra um certo desinteresse, ou desvinculação, de tudo que tem a ver com a vida política. É um projeto abrangente e não direcionado para um partido específico, parecendo-lhe que essa densificação, essa concretização, do modo como o projeto se irá desenvolver, terá depois de ser objeto de um regulamento específico.

Foi dada a palavra ao deputado Jorge Ribeiro, que questionou o que estamos a aprovar?

O deputado Manuel Luís referiu que estamos a aprovar uma proposta, apresentada pelo Partido Socialista. Uma proposta-programa, que contém os princípios ideológicos, daquilo que se pretende implementar e que terá depois de ser objeto de um regulamento específico que, terá depois de ser objeto de aprovação, na assembleia municipal.

O deputado Jorge Ribeiro usou da palavra para dizer que aqui, não votamos propostas de juventudes partidárias. A questão que se põem é que a proposta está vaga e mal formulada. Merecia ser revisto, ser repensada a questão de que vai ser constituída uma comissão, que vai elaborar um regulamento. Devemos aprovar coisas concretas e efetivamente explicadas, para todos sabermos o que estamos a aprovar.



Seguidamente foi dada a palavra ao deputado José Albano Domingues, que acrescentou em jeito de contributo, que o deputado Manuel Luís não soube responder aquilo que foi perguntado, não sabemos como isto vai funcionar em termos práticos. Era importante sabê-lo para podermos votar, de uma forma avisada e conscienciosa. Não vai ser um regulamento aprovado seja por quem for, que vai passar por cima de uma lei nacional.

Interveio de novo o deputado Manuel Luís Gonçalves, para responder ao deputado José Albano. Referiu que o regulamento será elaborado nos termos do nº7 do artigo 112º e artigo 241º da Constituição da República, bem como do artigo 97º e seguintes, do Código de Procedimento Administrativo.

A Presidente da Assembleia informou que a proposta foi apresentada, foram esclarecidas algumas dúvidas, e o que vai ser colocado à votação são as linhas orientadoras que definem a proposta. Depois o Regulamento virá para aprovação nesta Assembleia. O deputado Jorge Ribeiro, pediu a palavra para questionar: vai vir um regulamento, elaborado por quem?

A Presidente da assembleia, respondeu que o regulamento, à partida, elaborado por quem faz a proposta.

O deputado Jorge Ribeiro, referiu que há muitas propostas votadas aqui. E depois é eleita ou nomeada uma comissão. A partir do momento que é aprovado pela assembleia, esta questão passa a ser alvo deste órgão. Onde é que está escrito? Está implícito aí, uma vez tendo sido apresentada pela JS, pela bancada pelo líder, são eles que têm que elaborar o regulamento?

A Presidente da Assembleia questionou o líder da bancada do Partido Socialista se pretendia esclarecer as questões colocadas. O deputado Manuel Luís Gonçalves, referiu que o regulamento poderá ser apresentado pelo proponente que trouxe a proposta, pode ser por outra bancada ou em conjunto por ambos. Não vendo onde esteja prevista a necessidade de aprovar uma comissão específica para o efeito.

A Presidente da assembleia disse que vai colocar a proposta à votação, nos moldes anteriormente referidos e quando o regulamento vier à discussão na Assembleia, já serão esclarecidas outras dúvidas.

Não havendo mais intervenções a Presidente da Assembleia colocou o assunto a votação tendo a proposta sido aprovado por maioria, com 8 abstenções da bancada da Coligação P´ra Frente Melgaço.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

<b>Assunto nº178</b>	<b>Intervenção do Público;</b>
----------------------	--------------------------------

Não houve intervenções do público

E, nada mais havendo a tratar, quando eram 13h20 minutos, foi a reunião encerrada pela senhora Presidente da Mesa, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa.

Maria de Fátima Teixeira Pereira

*Presidente da Mesa da Assembleia*

António Manuel Domingues

*1º Secretário da Mesa da Assembleia*

Carla Sofia de Sousa Regueira Domingues

*2ºsecretária da Mesa da Assembleia*

